













Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da ACEF S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns for Balanços Patrimoniais and Demonstrações dos fluxos de caixa. Rows include Circulante, Passivo, and Demonstrações dos resultados. Columns show data for 2024 and 2023, split into Circulante and Consolidado.

Table titled 'Demonstração das mutações do patrimônio líquido'. Columns include Notas, Capital social, Retenção de lucros, Reserva legal, Lucros acumulados, and Total. Rows show data for 2024 and 2023.

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A ACEF S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas detêm direitos como principais atividades de educação na prestação de ensino superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas...

1.2. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretados e orientados a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretados e orientados a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil...





\* continuação

24. Custos e despesas por natureza:	Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas da ACEF S.A.						25. Resultado financeiro: 25.1. Receitas financeiras:			
	31/12/2024			31/12/2023			Controladora		Consolidado	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	(77.711)	—	—	(68.536)	—	—	13.866	1.147	28.139	17.067
Custos com parceria	(36.813)	(3.718)	—	(36.813)	(6.367)	—	929	761	2.099	1.659
Despesas com PECLD (Nota 6)	—	(17.015)	—	—	(9.376)	—	246	443	1.809	1.475
Depreciação do direito de uso	(7.062)	—	—	(7.062)	(7.184)	—	<b>Total das receitas financeiras</b>			
Depreciação e amortização	—	(3.620)	—	(3.620)	—	—	<b>15.041</b>	<b>2.351</b>	<b>32.047</b>	<b>20.201</b>
Publicidade e propaganda	—	(3.072)	—	(3.072)	—	—	<b>25.2. Despesas financeiras:</b>			
Manutenção e reparos	(2.214)	(141)	—	(2.355)	(1.786)	—	Controladora Consolidado			
Despesas com serviços de terceiros	(1.031)	(887)	—	(1.918)	(1.429)	—	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com aluguéis	—	—	469	469	—	284	(48.161)	(41.859)	(48.161)	(41.859)
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(5.406)	(3.130)	587	(7.949)	(5.350)	799	(8.484)	(9.139)	(27.577)	(28.954)
	<b>(130.237)</b>	<b>(31.583)</b>	<b>1.056</b>	<b>(160.764)</b>	<b>(118.860)</b>	<b>1.083</b>	<b>Consolidado</b>			
							31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

25. Resultado financeiro: 25.2. Despesas financeiras:	31/12/2024						31/12/2023			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos sociais	(191.742)	(9.587)	—	(201.329)	(166.788)	—	(8.860)	(8.650)	(24.171)	(19.443)
Custos com parceria	(56.437)	—	—	(56.437)	(51.333)	—	(1.731)	(1.113)	(10.320)	(12.345)
Despesas com PECLD (Nota 6)	—	(44.523)	—	(44.523)	—	—	(2.582)	(2.741)	(2.582)	(2.741)
Depreciação e amortização	—	(26.365)	—	(26.365)	—	—	10	150	(1.795)	(351)
Depreciação do direito de uso	(23.038)	—	—	(23.038)	(23.189)	—	Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos			
Despesas com serviços de terceiros	(13.696)	(2.789)	—	(16.485)	(14.484)	—	(1.018)	(1.015)	(1.167)	(1.276)
Publicidade e propaganda	—	(6.857)	—	(6.857)	—	—	<b>Total despesas financeiras</b>			
Manutenção e reparos	(5.889)	(578)	—	(6.467)	(5.220)	—	<b>(70.826)</b>	<b>(64.367)</b>	<b>(115.773)</b>	<b>(106.970)</b>
Receitas com aluguéis	—	—	1.538	1.538	—	1.214	Controladora			
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(17.966)	(7.624)	1.635	(23.955)	(17.899)	1.699	Solange Marcos - CRC 1SP244763/O-0			
	<b>(308.768)</b>	<b>(98.323)</b>	<b>3.173</b>	<b>(403.918)</b>	<b>(278.913)</b>	<b>2.913</b>	<b>Consolidado</b>			
							31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

(i) Os valores estão representados, principalmente, ganhos de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e receita com vendas de imóveis.

Diretoria			Controladora		
<b>Renato Padovese</b> - Diretor Presidente	<b>Luiz Felipe Bresaola</b> - Diretor sem Designação Específica	<b>Felipe Coragem Negro</b> - Diretor Financeiro e Administrativo	<b>Solange Marcos</b> - CRC 1SP244763/O-0		

Aos Administradores e Acionistas ACEF S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ACEF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACEF S.A. e da ACEF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos

a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

**pwc**  
**PricewaterhouseCoopers**  
**Audidores Independentes Ltda.**  
 CRC 2SP00160/O-5

São Paulo, 31 de março de 2025

**Karen Simões Barbieri**  
 Contadora CRC 1SP253455/O-1



Demonstrações Financeiras 2024

EQUIPAV SANEAMENTO S.A. - CNPJ nº 15.385.166/0001-60

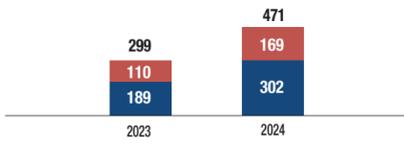
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Equipav Saneamento S.A. ("Equipav Saneamento" ou "Companhia") é uma holding cuja maior parte dos resultados é proveniente da consolidação de sua controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") e subsidiárias não consolidadas...

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS
Proforma Ecosistema Aegea
Economias Proforma (milhões)
Água
Esgoto
Volume futuro Proforma (milhões m³)
Receita líquida Proforma (R\$ MM)
EBITDA Proforma (R\$ MM)
Margem EBITDA Proforma

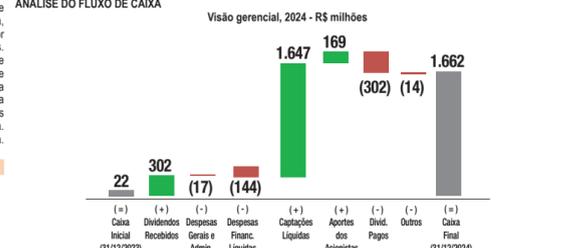
DESEMPENHO DA CONTROLADORA
DIVIDENDOS RECEBIDOS E APORTES DOS ACIONISTAS
Controladora (R\$ milhões)
Dividendos recebidos
Aportes dos acionistas
Ingressos totais

Dividendos Recebidos e Aporte dos Acionistas (R\$ MM)



As despesas gerais e administrativas da controladora totalizaram R\$ 19,0 milhões no ano (+85% a/a), em linha com o fortalecimento da estrutura corporativa. A Companhia encerrou 2024 com caixa de R\$ 1.662 milhões, comparado a R\$ 22,4 milhões no início do ano...

RESULTADOS DO PERÍODO
Controladora (R\$ milhões)
Receita operacional líquida
Custos de serviços prestados
Lucro bruto
Despesas operacionais



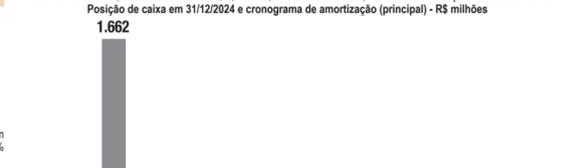
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea

Consolidado (R\$ milhões)
Controladora
Lucro líquido
Resultado financeiro
Imposto sobre Lucro
Depreciação e Amortização

Com caixa inicial de R\$ 22 milhões, a Equipav Saneamento atingiu uma posição de caixa de R\$ 1.622 milhões no final do ano, explicado principalmente pelo programa de liability management - duas captações de debêntures que trouxeram liquidez e alongaram o prazo médio da dívida da Companhia...

RESULTADOS AEGEA
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea

Consolidado (R\$ milhões)
Controladora
Divida Bruta
Caixa e Disponibilidades
Divida Líquida
EBITDA Ajustado



Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)
Ativos
Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes

Passivos
Fornecedores e empreiteiros
Empréstimos, financiamentos e debêntures
Obrigações trabalhistas e sociais
Obrigações fiscais

Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)
Saldo em 1º de janeiro de 2023
Aumento de capital social
Aquisição de participação em não controladores

Participação de acionistas
Total do patrimônio líquido
Participação de acionistas
Total do patrimônio líquido

Demonstrações de resultados abrangentes
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)
Fluxos de caixa das atividades operacionais
Resultado antes dos tributos
Ajustes para:

Aumento / (Diminuição) dos passivos
Fornecedores e empreiteiros
Obrigações trabalhistas e sociais
Obrigações fiscais

Demonstrações do valor adicionado
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea
Recursos da Aegea

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Equipav Saneamento S.A. ("Companhia"), é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1188, 6º andar, conjunto 65, sala 6, Jardim Paulista, São Paulo - SP e tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo").

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agência De Notícias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código E14D-DE35-1F39-8AE3.

Table with columns: Controladas, Atividades Principais, Contrato de concessão ou edital nº, Data de término do concessão, % de Participação Votante (Direta Indireta, Direta Indireta). Includes a detailed text block on the right side regarding financial statements and accounting standards.

Table with columns: Controladas, Atividades Principais, Contrato de concessão ou edital nº, Data de término do concessão, % de Participação Votante (Direta Indireta, Direta Indireta). Includes a detailed text block on the right side regarding financial statements and accounting standards.



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023. (Em milhares de reais). Includes tables for Guarantias e instrumentos financeiros contratos, Plano de benefício definido, and Demográficas.











relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

#### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

##### Auditores Independentes Ltda.

CRC n° 2 SP 011609/O-8

Janete Im Hayashi

Contadora

CRC n° 1 SP 303811/O-3











## Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

CNPJ/MF nº 09.276.712/0001-02

ENERGIA	→ continuação				
Rui Chammás Diretor Presidente		Dayron Esteban Urrego Moreno Diretor Executivo de Projetos	Sílvia Diniz Wada Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Cláudio Hernan Domingorena Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação	Bruno Giacomini Isolani Diretor Executivo de Operações

### Contadora

Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariann - CRC: SC-029044/O-0

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

#### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Janete Im Hayashi

Contadora - CRC nº 1 SP 303811/O-3













































CNPJ/MF nº 08.580.534/0001-46 demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado 9.1 Prática contábil Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimados dos bens.

10. Fornecedores São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Table with 7 columns: Saldo em 2022, Adições, Depreciação, Transferências, Saldo em 2023, Baixas em 2024, Saldo em 2024. Rows include Depreciação acumulada, Custo, and various equipment categories.

11. Provisões O montante de R\$5.634 refere-se a provisão de investimentos em implementação da infraestrutura, principalmente para aquisição de materiais e serviços na construção da linha de transmissão.

Table with 4 columns: 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include imposto de renda retido na fonte, Outros, and Taxas médias anuais de depreciação.

13. Encargos regulatórios a recolher 13.1 Práticas contábeis 13.1.1 Taxas regulamentares Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei.

15.2 Dividendos 15.2.1 Prática contábil A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICP 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

16. Resultado financeiro Receitas Rendimentos de aplicações financeiras Juros ativos Variações monetárias Outras Despesas

19. Imposto de renda e contribuição social 19.1 Práticas Contábeis São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas.

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa 23.1 Práticas contábeis Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimados dos bens.

16.1 Práticas Contábeis A Companhia registra e mensura a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

16.2 Determinação da margem de lucro A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos.

16.3 Composição da receita operacional líquida Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 5.5) Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (b) (nota 5.5) Operação e Manutenção (c) (nota 5.5)

16.4 Margens das Obrigações de Performance 2024 2023 Receita de implementação da infraestrutura 33.721 115.137

16.5 Parcela Variável - PV adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA A Resolução Normativa nº 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável (PV) e a adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica.

Table with 13 columns: Índice, 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Inflation, REH, REH.

23.1 Práticas contábeis Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimados dos bens.

23.2 Seguros A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Table with 5 columns: 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Receita bruta de serviços, Presunção IRPJ 8% e CSLL 12%, Outras receitas, Base de cálculo IRPJ e CSLL, Outros, Despesa com IRPJ e CSLL, Corrente, Diferido.

23.2 Seguros A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

23.3 Práticas contábeis Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimados dos bens.

23.4 Seguros A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Table with 7 columns: 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023, 2024, 2023. Rows include Até 1 mês, De 1 a 3 meses, De 3 meses a 1 ano, De 1 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total.

23.5 Práticas contábeis Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimados dos bens.

23.6 Seguros A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

23.7 Práticas contábeis Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimados dos bens.

23.8 Seguros A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Administrative section including names of directors (Rui Chammas, Dayron Esteban Urrego Moreno, Silvia Iniz Wada, Cláudio Hernan Domingorena, Bruno Giacomin Isolani, Jhenifer Bittencourt Cardoso Mariani), a QR code, and a digital signature verification URL.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Notícias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código E14D-DE35-1F39-8AE3.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**

**Auditores Independentes Ltda.**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Janete Im Hayashi**

Contadora

CRC nº 1 SP 303811/O-3



















## Interligação Elétrica Ivaí S.A.

CNPJ/MF nº 28.052.123/0001-95

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Operação	Risco	Saldos em 2024	Cenário Base	Efeitos no Resultado Financeiro				Risco de Juros - Modalidade Patrimonial (a)	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
				Risco de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores					
				Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário I 25%	Cenário II 50%				
				Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário I 25%	Cenário II 50%				
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	CDI	179.980	6.874	8.215	9.527	5.504	4.103	19/12/24 a 19/12/25	371.000	392	
Passivos financeiros											
Debêntures	IPCA	2.285.715	53.823	62.419	69.075	48.933	42.102			392	

Operação		2024	2023
		329	101
		34.000	—
		14.770	46.402

Diretoria		Contadora	
Rui Chammas Diretor Presidente	Dayron Esteban Urrego Moreno Diretor Executivo de Projetos	Silvia Diniz Wada Diretora Executiva de Finanças, Relações com Investidores e Desenvolvimento de Negócios	Cláudio Hernan Domingorena Diretor Executivo de Regulação, Estratégia e Inovação

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da Interligação Elétrica Ivaí S.A.  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Ivaí S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Ativo contratual**  
Conforme divulgado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo de contrato, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida em que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$4.252.346 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificadas, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro

também requer o uso de julgamento por parte da Administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) entendimento dos critérios e das premissas utilizados na determinação das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro e dos montantes estimados de indenização sobre os valores residuais da infraestrutura de transmissão, quando aplicável; (iii) recálculo da remuneração financeira dos ativos de contrato, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerer se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Alem disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011603/O-8  
**Renato Vieira Lima**  
Contador  
CRC nº 1 SP 257330/O-5











## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/E14D-DE35-1F39-8AE3> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E14D-DE35-1F39-8AE3



### Hash do Documento

907F2CA5CFA5BDDCE0D06AE4AABE669F537204A0FF431F7AEBEFD783E367CE1F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 01/04/2025 00:03 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

